

1.25 • Conjuntura Internacional

ANGOLA E OS VENTOS DA MUDANÇA E CONTINUIDADE DE JOÃO LOURENÇO¹

Cláudia Almeida

Texto entregue em Novembro de 2019

O ano de 2017 marcou a história política de Angola, quando, em resultado das eleições gerais de 23 de Agosto, João Lourenço (JL), militar de carreira, quadro de topo do partido incumbente (MPLA) e ex-ministro da Defesa, sucedeu a José Eduardo dos Santos, até então o segundo presidente em funções há mais tempo no poder em África.²

No passado 26 de Setembro de 2019 assinalou-se dois anos de presidência do terceiro presidente da República de Angola, que prometeu ser um líder reformador ao estilo do ex-líder da China Deng Xiaoping e com uma «cruzada» contra a corrupção. A análise que se segue abordará algumas dimensões políticas fundamentais da governação de JL, procurando assinalar o que mudou e permanece igual em relação ao seu antecessor.

A liderança do partido como super fórmula de poder

A governação de JL foi inicialmente recebida com cautela e ceticismo, no sentido de se perceber se o mesmo estaria à sombra do anterior presidente e se as suas políticas seriam mais do mesmo. Durante praticamente o primeiro ano de governação de JL (aka JLO), o país viveu a situação inédita que muitos apelidaram de «poder bicéfalo»; isto é, as duas principais fontes de poder de facto — a Presidência da República e o MPLA — não convergiam numa só pessoa, já que José Eduardo dos Santos permaneceu no cargo de presidente do partido ainda por uns largos meses.³

Porém, em 8 de Setembro de 2018, o partido, no poder desde a independência do país em 1975, realizou o seu 6º Congresso Extraordinário onde JL foi eleito presidente do MPLA com 98,5% dos votos, sem quaisquer candidatos alternativos. Tal como em Moçambique, o processo de transição de liderança política começou primeiro ao nível do Estado e só depois ao nível do partido no poder. Esta sequência no processo de transição de liderança revela, por um lado, a centralidade do MPLA na arquitetura do poder, e, por outro, a continuidade de lógicas hegemónicas de construção e de consolidação do poder.⁴

Nesta senda da continuidade, o atual presidente acumula uma tríade de poderes (Chefe de Estado, Chefe do Executivo e Presidente do partido), não tendo manifestado qualquer vontade em rever a Constituição de 2010 amplificadora dos poderes formais do presidente.

No passado 26 de Setembro de 2019 assinalaram-se os dois anos de governação deste terceiro presidente de Angola e ao contrário da visão inicial que o novo presidente estaria à sombra ou de alguma forma controlado por José Eduardo dos Santos, as políticas de João Lourenço revelam rupturas e continuidades que mostram um presidente que procura montar um tabuleiro de forças

a seu favor para poder governar e deixar o seu legado, tal como Dos Santos fez quando assumiu a presidência do país em 1980.

A análise destes primeiros anos de governação de João Lourenço pode ser feita a partir de XX dimensões.

No referido Congresso Extraordinário de 2018 e no posterior de 15 de Junho de 2019, JL, tal como outrora o seu antecessor, procurou estabelecer uma configuração de poder intrapartidário para garantir o apoio dos órgãos centrais do partido à sua presidência. Desde logo, assistimos à saída de quase metade dos membros do Bureau Político, entre figuras da entourage de Dos Santos, membros históricos e gerais influentes. Entre 2018 e 2019, verificamos um alargamento do Comité Central (de 363 para 497 membros) e uma nova composição do Bureau Político, na sua maioria jovens e considerada próxima a JL e, por conseguinte, ao afastamento gradual dos seguidores do ex-líder. Destaca-se ainda a substituição do pró-eduardista Álvaro de Boavida Neto por Paulo Pombolo, no cargo de secretário-geral do MPLA.

O «Exonerador Implacável» e o fim da Dinastia Dos Santos

Pouco depois da sua tomada de posse, JL surpreendeu com uma lista de exonerações em diversas áreas estratégicas do Estado, desde a área militar e de segurança, com a exoneração das chefias da polícia e de oficiais gerais das forças armadas,⁵ à banca nacional (Banco Nacional de Angola), até ao sector petrolífero (Sonangol) e dos diamantes (Endiama), passando também pela comunicação social (TPA, RNA, Edições Novembro e Angop). Por outro lado, o presidente mudou mais de metade dos governadores provinciais.

“ (...) assistimos a um presidente que, tal como o anterior, procura montar um tabuleiro de forças a seu favor. ”

Neste «bulldózer» de exonerações, respaldado por um discurso de combate à corrupção que o próprio presidente sublinhou implicar uma destruição do «ninho de maribombos» ou de influências nefastas, o afastamento e responsabilização dos intocáveis da Dinastia Dos Santos foi amplamente aplaudida, tendo promovido uma boa imagem do presidente dentro e fora do país. Em especial, a exoneração dos filhos Isabel dos Santos, do cargo de presidente do Conselho de

Administração da Sonangol, e de José Filomeno dos Santos, da presidência do Fundo Soberano de Angola, bem como a cessação do contrato com a Semba Comunicação, cujos sócios são também dois filhos do anterior presidente. Refira-se ainda que Filomeno dos Santos foi levado à justiça, acusado de crimes económicos, tendo ficado em prisão preventiva desde 24 de Setembro de 2018 até à sua libertação em Março de 2019.

Destaca-se ainda o afastamento de Welwitschia dos Santos (Tchizé dos Santos) de membro do comité central do MPLA, decisão aprovada pelo novo Bureau Político em 21 de Novembro de 2019, bem como a sua suspensão da condição de militante por dois anos, sendo que a filha do ex-Presidente já tinha sido afastada do cargo de deputada, por má conduta e contra a disciplina partidária.

A política de afastamento do círculo próximo de Dos Santos do epicentro do poder mostrou-se, no entanto, pouco espinhoso, muito devido a anticorpos dentro do próprio MPLA relativamente à família do ex-presidente, a que se acrescenta a sua pouca popularidade na maioria da opinião pública. Já os níveis de popularidade de JL, dentro e fora do partido no poder, aumentaram com estas ações contra a família Dos Santos, não permitindo ao ex-Presidente ir em defesa dos seus membros, como apontado pelo jornalista angolano Ismael Mateus.⁶

Apesar das exonerações, verificamos, contudo, uma linha de continuidade na composição do governo de JL, já que vários dos seus atuais ministros são elementos fortemente ligados ao anterior executivo e associados à má gestão governamental. Com efeito, como aponta o investigador angolano Sérgio Dundão, 35,48% da equipa executiva atual (11 ministros) são ministros reconduzidos do governo anterior, tendo o presidente promovido cinco secretários de Estado (16,12% dos atuais ministros) da antiga presidência à categoria de ministros e somente oito novos ministros foram nomeados.⁷

Reconciliação e sociedade civil

Um dos ventos de mudança de JL diz respeito, precisamente, à memória coletiva. Nomeadamente, a entrega dos restos mortais do fundador da UNITA e inimigo histórico do MPLA, Jonas Savimbi, ao seu partido e familiares em Maio de 2019.⁸ Tratou-se de um gesto com enorme carga simbólica, em que a liderança de JL procurou diferenciar-se também ao nível dos esforços de reconciliação nacional, especialmente pelo epíteto de «arquiteto da paz» atribuído ao seu antecessor, para além de ganhar o reconhecimento do maior partido de oposição.

Mas esta «nova política de reconciliação» teve um marco importante ao nível intrapartidário, no-

A CONSTITUIÇÃO DE 2010 E O SISTEMA PRESIDENCIALISTA ANGOLANO

Em 21 de Janeiro de 2010, a Assembleia Nacional, dominada pelo MPLA (191 deputados num total de 220), aprovou – com o boicote do principal partido da oposição (UNITA) e várias críticas da sociedade civil – uma nova constituição que, basicamente, ampliou os poderes formais do presidente, para além de permitir a José Eduardo dos Santos ser Chefe de Estado até 2022. A partir de então, Angola passou de um sistema semipresidencialista de governo para um de tipo presidencialista. O Presidente da República não é apenas o Chefe de Estado e o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, mas também o Chefe do Executivo, tendo o cargo de Primeiro-Ministro sido eliminado (Artigo 108º da CRA). Muito importante, com esta nova constituição, o presidente deixou de ser eleito diretamente por voto popular (Artigo 109º da CRA). Em vez disso, o candidato cabeça-de-lista do partido ou da coligação de partidos vencedor das eleições gerais torna-se automaticamente Presidente da República e o segundo candidato, Vice-Presidente. Não obstante o reforço dos poderes do presidente, este encontra-se subordinado ao partido que o escolhe como cabeça-de-lista para as eleições. Em consequência, o actual presidente deve obediência ao partido MPLA e, subsequentemente, ao líder do partido. De acordo com os estatutos atuais do MPLA, o partido estabelece e é responsável por orientar e monitorar o programa do governo [Artigo 86º (3) (k) dos Estatutos, 2017]. Por outro lado, a composição do executivo e a nomeação para outros cargos na administração do Estado necessitam do aval do Bureau Político, o qual é presidido pelo presidente do partido [Artigo 86º (3) (b) dos Estatutos, 2017]. Em suma, a liderança do partido é absolutamente crucial para a liderança do Estado e, simultaneamente, uma super fórmula de poder.

meadamente, o reconhecimento e condecoração dos primeiros presidentes do MPLA, Ilídio Machado e Mário Pinto de Andrade, e do membro histórico do partido, Viriato da Cruz. Estas três figuras históricas haviam sido removidas, como refere o investigador angolano Cláudio Fortuna, do imaginário vernacular dos militantes e da história do partido por orientação dos líderes antecessores (Agostinho Neto e Dos Santos).⁹

“
(...) João Lourenço surpreendeu com uma lista de exonerações em diversas áreas estratégicas do Estado.
”

Nesta sequência e por ocasião do 43º e 44º aniversário da independência de Angola, JL condecorou também personalidades críticas do regime dos Santos, com isto ganhando a simpatia e apoio de membros alienados do MPLA e da sociedade civil.¹⁰ Mas o grande “quebrar do silêncio” refere-se a um dos episódios mais violentos da história do partido após a independência: o 27 de Maio de 1977, do qual resultou a detenção arbitrária, tortura e morte de um grande número de pessoas supostamente associado ao grupo da “Revolta Ativa” de Nito Alves, o qual procurou desafiar e até cessar a liderança de Agostinho Neto. Desde logo, JL reconheceu o 27 de Maio como uma ferida aberta e mostrou abertura do governo para medidas de reparação às vítimas e suas famílias, ao mesmo tempo que Francisco Queiroz, ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, reconheceu os excessos cometidos e a violação de direitos humanos durante esse trágico evento.

O revisitar do passado por parte do atual presidente, com isso procurando trazer de volta as consideradas persona non grata, é algo que o próprio Dos Santos já havia feito, por ocasião das primeiras eleições multipartidárias de 1992, com a chamada reunificação da grande família MPLA. Esta política de inclusão tem abrangido também a sociedade civil, destacando-se o encontro em De-

zembro de 2018 com críticos da sociedade civil angolana, incluindo o jornalista e ativista Rafael Marques – o qual, entretanto, foi condecorado pelo presidente em 2019 – e o rapper e ativista Luaty Beirão, preso juntamente com mais 16 jovens por rebelião contra o antigo Presidente. JL tem procurado condecorar figuras afastadas pelo *eduardismo*¹¹, exortando alguns pelo combate à corrupção, e, assim, assinalar a sua liderança diferenciadora.

Considerações finais

Nestes dois primeiros anos de governação do novo presidente de Angola, vemos linhas de continuidade e de rutura em relação ao seu antecessor. Desde logo, assistimos a um presidente que, tal como o anterior, procura montar um tabuleiro de forças a seu favor para governar e com pretensões de deixar um legado distinto, mas claramente sem a conjuntura e o tempo que Dos Santos teve para o fazer. Apesar da comunicação política diferenciadora da do seu antecessor e de algumas políticas populares contra a Dinastia Dos Santos, que permitiram a acumulação de algum capital político entre os membros do seu partido, fora dele e a população, a imagem de JL tem vindo a degradar-se. Atualmente, em que se percebem ventos de continuidade e o prometido «milagre económico» ainda longínquo, a governação tem sido encarada com um misto de desencantamento e de expectativa. O país continua mergulhado numa grave crise económica, a par de uma crescente onda de protestos contra o desemprego, com uma população ciente que os privilegiados continuam os mesmos. ■

Notas

¹ Texto entregue em Novembro de 2019.

² Precedido de Teodoro Obiang, presidente da Guiné Equatorial desde 1979. Refira-se ainda o caso de Omar Bongo, presidente do Gabão desde 1967 até 2009.

³ Claudia Generoso de Almeida e Benja Satula, «Only one man for two jobs: the leadership transition in Angola», *Presidential Power*, 4 de Julho de 2018 (disponível em <https://presidential-power.net/?p=8324>).

⁴ Veja-se Christine Messiant, 2007, «The Mutation of Hegemonic Domination: Multiparty Politics without Democracy», in *Angola, the Weight of History*, London: Hurst ou Ricardo Soares de Oliveira, 2015, *Magnífica e Miserável: Angola Desde a Guerra Civil*, Lisboa: Tinta da China.

⁵ «PR mexe nas chefias militares das FAA», *ANGOP – Agência Angola Press*, 16 de Maio de 2019.

⁶ Manuel Luamba, «“Não deixei os cofres do Estado vazios”, diz ex-Presidente angolano», *DW*, 21 de Novembro de 2018.

⁷ Sérgio Dundão, «Dois anos de presidência de João Lourenço», *Jornal Económico*, 27 de Setembro de 2019.

⁸ João Lourenço já havia apoiado a trasladação dos restos mortais do General Ben Ben da UNITA para a província do Bié, concedendo-lhe a título póstumo a Medalha do Mérito Militar durante o 43º aniversário da independência de Angola.

⁹ Manuel Luamba, «Angola comemora 43 anos de independência com “sinais de reconciliação”», *DW*, 11 de Novembro de 2018.

¹⁰ Entre os quais, os músicos Bonga e Waldemar Bastos. Veja-se Manuel Luamba, «Angola comemora 43 anos de independência com “sinais de reconciliação”», *DW*, 11 de Novembro de 2018.

¹¹ Fonseca Bengui e João Dias, «Chefe de Estado condecora figuras da sociedade civil», *Jornal de Angola*, 8 de Novembro de 2019.